

CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

UMA NOVA VISÃO DA IDADE MÉDIA? A propósito do livro do sr. Jacques Le Goff (1).

VICTOR DEODATO DA SILVA

Instrutor da Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

— 1 —

O inegável interesse do grande público pelas obras históricas de caráter geral explica a multiplicação de coleções constituídas por vários volumes, cada um dedicado a um período ou a uma civilização. Nesse quadro se insere a coleção *Les Grandes Civilisations*, empreendida pela Editôra Arthaud. A idéia de entregar a elaboração das obras que a compõem a especialistas respeitados somente pode merecer encômios. E quando o autor de uma delas resolve propor uma revisão da época considerada, à curiosidade do leigo soma-se o interesse do profissional. E sem dúvida isso acontece com o livro do Prof. Jacques Le Goff, jovem medievista francês ligado ao grupo responsável pela revista *Annales. Economie-Société-Civilisations*, cujas idéias reflete sob muitos aspectos e que está longe de constituir simplesmente “mais um livro sôbre a Idade Média”.

Na verdade, estamos na presença de uma síntese bastante original, ainda que sob muitos aspectos com uma forte tendência polêmica, que tornam muitas de suas idéias bastante discutíveis, sendo o objeto do presente artigo examinar algumas delas. Situando-se no esteira da célebre *Histoire de l'Europe* de Henri Pirenne (2), na verdade o seu método aproxima-se mais daquele adotado por Huizinga (3) no estudo dos dois últimos séculos da Idade Média. O fato, porém de centralizar sua atenção sôbre o período compreendido entre os séculos X e XIII, a tornam um complemento natural do livro de Christopher Dawson (4), além da obra já mencionada de Huizinga. Por outro lado, a visão de Le Goff coloca sua obra quase nos antípodas da síntese relativamente recente de Leopold Génicot (5) e a aproxima

-
- (1). — *La Civilisation de l'Occident Médiéval*. Col. “Les Grandes Civilisations”. Paris, Arthaud, 1965. In 8º, 696 páginas, 246 heliogravuras, 8 ilustrações a côres e 8 mapas fora do texto, além de cartas e planos no texto.
 - (2). — Paris, 1936.
 - (3). — *Hersttij der Middelaeuwen*, Leide, 1924. Traduzido para numerosas linguas, inclusive o português: *O Declínio da Idade Média*, Lisboa, s|data.
 - (4). — *The Making of Europe*, Londres, 1953 (3ª edição).
 - (5). — *Les Lignes de Faîte du Moyen Age*. Louvain, 1962 (3ª edição).

bastante da de Robert S. Lopez (6), ainda que os processos de abordagem da questão sejam bastante diferentes. Cremos que êsses cotejos sumários já permitem situar a posição do livro ora em exame, face a algumas das obras de síntese mais conhecidas.

Antes, porém, de entrar nas questões de caráter crítico, desejaríamos descrever rapidamente a obra em exame. Deve-se louvar inicialmente o cuidado da edição. Trata-se de um grande volume de características luxuosas, abundantemente ilustrado com reproduções a cores, heliogravuras e oito grandes mapas fora do texto, além de numerosos planos e cartas no texto. Adicionam-se ainda um quadro cronológico abrangendo fatos político-militares, econômico-sociais, religiosos, de cultura escrita e cultura não escrita, bem como acontecimentos importantes de outras partes da terra, e mais um glossário de nomes, têrmos técnicos e noções os mais variados, o que permitiu aliviar a carga descritiva da obra pròpriamente dita, ainda que não compense inteiramente a lamentável ausência de índice onomástico.

A obra está dividida em duas partes bem diferenciadas; a primeira constituída por 4 capítulos onde é delineada, de forma sintética, mas explicativa e sugestiva, a evolução da Europa Ocidental entre os séculos V e XV, enquanto a segunda, composta por 5 capítulos e mais um epílogo se concentra na análise dos vários setores da sociedade medieval nos quatro séculos compreendidos *grosso modo* entre 900 e 1300, ainda que com freqüentes evasões, com exemplos de épocas anteriores e posteriores. Os capítulos da primeira parte, abordam respectivamente a fase das invasões germânicas (capítulo primeiro: *L'Installation des Barbares*), a gênese dos Impérios Carolíngio e Romano-Germânico, e seus caracteres gerais (capítulo segundo: *La Tentative d'Organisation Germanique*), a fase de expansão da Europa (capítulo terceiro: *La Formation de la Chrétienté*) e a fase de depressão ou o período crítico, ou seja os séculos XIV e XV (capítulo quarto: *La Crise de la Chrétienté*). No que concerne a segunda parte, sem dúvida a mais importante (e também a mais desenvolvida), os títulos dos respectivos capítulos já sugerem eficazmente seu conteúdo: *Clartés dans la Nuit* (capítulo V), espécie de introdução em que se sintetiza em grande parte o conteúdo dos dois primeiros capítulos; *Structures Spatiales et Temporelles* (capítulo VI), onde são examinadas as concepções da Cristandade a respeito do mundo, do tempo e do espaço e seus reflexos no ritmo de vida; *La Vie Matérielle* (capítulo VII), em que é passado em revista o instrumental técnico de que dispunha a sociedade medieval, assim como suas repercussões na vida econômica (limitação de capacidade de expansão) e condições de vida em geral (por exemplo, alimentação e saúde); *La Société Chré-*

(6). — *La Naissance de l'Europe*. Paris, 1962.

tienne (capítulo VIII), relativo à organização social, onde são frisados a concepção trinitária (*Société des trois ordres*), os caracteres dos ordens (religiosos, nobres e dependentes), o papel de elemento de perturbação da ordem representado pela burguesia e a situação dos marginais (*Les exclus*): heréticos, leprosos, judeus, feiticeiros, sodomitas, enfermos, estrangeiros e bandidos; *Mentalités, Sensibilités, Attitudes* (capítulo IX), talvez a parte mais pessoal da obra com ótimos desenvolvimentos de história psicológica, em que partindo do sentimento geral de insegurança, passando por vários problemas como a tendência para tudo esperar da Divindade, chega ao exame do gosto pela ostentação. O epílogo enumera brevemente as permanências e novidades dos séculos XIV e XV.

O estilo do Prof. Le Goff apresenta-se bem afinado com o espírito da coleção, pleno de vida e de colorido. Quanto ao *tonus* geral da obra, não obstante o protesto do autor de não desejar

“évidemment retourner au Moyen Age obscur et obscurantiste de l'âge classique”,

é extremamente sombrio e a associação entre a época medieval e a noite escura (aliás presente no título do capítulo V) nunca pareceu mais necessária. Sem dúvida, em suas descrições recorre o autor à citação de documentos (sobretudo literários) da época, mas pode-se dizer que com outras passagens, por vêzes tiradas dos mesmos documentos mas colocadas em contexto diferente, poder-se-ia estabelecer um clima bem diferente. Enfim, ocorre que a margem de interpretação deixada pela História favorece a multiplicidade de pontos de vista, variáveis com a época e com a personalidade do historiador. Todavia, sempre respeitando o ponto de vista de cada um, parece-nos caber reparos eventuais lapsos de pormenores e discutir as idéias gerais que servem como motivos condutores de uma obra como a presente, sendo êste o nosso principal objetivo. Em nossa tarefa começaremos por apontar o que nos parece dever ser considerado como errado, em seguida examinaremos certas idéias secundárias reveladoras, assim nos parece, do império que exercem sobre o autor certos pressupostos e, finalmente, uma das idéias básicas da obra, que nos afigura extremamente discutível, ou seja, o caráter primitivo da sociedade medieval.

Os lapsos escoimados em obras desse gênero podem de uma certa forma ser considerados como indicativos de que o desdém das novas gerações de historiadores pela chamada história factuel (*événementielle* para os franceses) não deixa de produzir seus frutos negativos, levando a erros que, por não abalarem a solidês de um livro co-

mo o presente, nem por isso se tornam mais facilmente desculpáveis. O primeiro revela um medievista pouco atento às particularidades da cronologia da era pré-cristã; com efeito, falando dos antecedentes das relações de Roma com o mundo bárbaro diz o autor à página 29:

“... sans remonter aux Cimbres et Teutons vaincus par Marius au début du second siècle avant Jesus-Christ...”;

na verdade as vitórias de Mário em Aix (102 a. C.) e Verceil (101 a. C.) se situam *no fim do século segundo* e não no início, pois um século não pode começar depois de todo o seu transcurso. Ainda tratando da relação entre romanos e germânicos escreve à página 30:

“... mais ils (os gôdos) occupent la Dacie et leur éclatante victoire d'Andrinople sur l'empereur Gratien le 9 août 378...”;

nenhuma dúvida quanto à batalha e sua data, mas o imperador vencido e morto na mesma foi Valente, sendo Graciano obrigado a recuar de seu desejo de socorrer seu colega do Oriente pela oposição do seu mestre de milícias Borobaudou. Bem mais adiante, falando das relações entre o Império Bizantino e o Ocidente, lemos à página 180 dos

“... attaques dirigées contre l'Empire byzantin par les Normands ... de Bohemond en 1185...”;

quando a data correta é 1085, sendo que neste caso é bem viável a hipótese de erro tipográfico não localizado. Nem a Cronologia do fim do volume está a salvo de lapsos e à página 505 lemos

“1057. Avènement de la dynement de la dynastie des Comnène à Bysance”.

Na verdade Isaac Comneno reinou de 1057 a 1059, quando abdicou, sendo sucedido por quatro imperadores que não tinham qualquer relação com a família Comneno e dos quais somente Romano Diógenes pertencia à mesma facção (a militar) de Isaac, finalmente vitoriosa com a ascensão de Aleixo I em 1081, o qual deve ser considerado o verdadeiro fundador da dinastia Comneno. Estes, portanto, os lapsos por nós surpreendidos de uma simples leitura inadvertida que indicam a necessidade de uma revisão atenta.

Cremos também dever assinalar no autor uma tendência a um certo desleixo quanto à terminologia. Deixando para mais tarde o problema do primitivismo da Europa medieval, que nos parece ser algo bem mais sério que uma simples imprecisão terminológica, nos limitaremos a um único exemplo. A página 195, falando da impermeabilidade da Cristandade aos povos adeptos de credos religiosos distintos, se serve o Prof. Le Goff para defini-la da expressão

“... un veritable racisme religieux...”.

quando, parece-nos, a tradicional fórmula *intolerância religiosa* ou outras seriam perfeitamente satisfatórias sem soar tão estranhamente, e isto não obstante o refôrço expressivo que certos acontecimentos recentes (o nazismo, a campanha pelos direitos civicos nos Estados Unidos, etc.) possam ter trazido à fórmula escolhida. Sem insistirmos nessa questão, assinalaremos que várias outras expressões do mesmo tipo podem ser encontradas.

Finalmente, cabe-nos examinar aqui algumas das idéias mestras em que se apoia a estrutura da obra do Prof. Le Goff. E aqui devemos esclarecer que as reticências foram mais ou menos generalizadas entre os medievistas europeus, ainda que delas tenhamos tido conhecimento sòmente por contatos verbais, visto que entre as publicações especializadas que habitualmente chegam até nós não nos foi dado localizar nenhuma análise crítica ou mesmo, simplesmente, resenhas. Um dos *reproches* por nós ouvidos mais freqüentemente se referem à aplicação rígida de certos esquemas marxistas, exatamente os mais sujeitos a caução entre os historiadores. Todavia, mesmo sem sermos particularmente entendidos na teoria marxista, à qual votamos aliás um grande respeito, não nos parece que tal ressalva tenha inteira procedência. Diríamos antes que o Prof. Le Goff é um intelectual de esquerda que leva o seu *engagement* às últimas conseqüências, sem temer os reflexos de uma certa forma negativos que o mesmo possa provocar no plano científico.

Assim, por exemplo, o autor revela constantemente detestar tôda e qualquer forma de imperialismo e colonialismo, o que se reflete freqüentemente em seus juízos relativamente a certos problemas históricos. A civilização romana, para dar um exemplo, é classificada como um

“che d’oeuvre d’immobilisme” (capítulo 1, página 27)

e tôdas as considerações relativas ao maior Império da Antigüidade são marcadas pela preocupação de acentuar os aspectos negativos minimizando sempre as suas manifestações de poder criador.

Uma outra manifestação típica dessa tendência do Prof. Le Goff é o seu juízo relativamente às Cruzadas. Houve realmente uma época em que possivelmente se super-estimou a importância das Cruzadas no sentido de um contato cultural entre Oriente e Ocidente, do qual êste teria tirado o maior proveito. Últimamente, tal posição tem sido bastante criticada e um dos exemplos que poderíamos citar é o tópico

que o Prof. Lopez (7) lhe dedicou, com o título *La haine évitable, mais non évitée*, em que é sobretudo acentuado o papel negativo das Cruzadas nas relações entre a Cristandade Ocidental e o Império Bizantino, donde se tem tirado a conclusão que tal atrito, somado a outros aspectos negativos (pretexto à intensificação da fiscalidade pontifical com incremento das indulgências, desgaste da classe senhorial, etc.), não compensariam eventuais benefícios. O Prof. Le Goff não hesita em levar tal tendência a uma posição extrema. Muito significativa é acentuação do interesse das Cruzadas como

“le premier exemple de colonialisme européen”,

sendo o seu julgamento expresso por uma fórmula extremamente polêmica:

“Je ne vois guère que l'abricot comme fruit possible ramené des croisades par les chrétiens” (pág. 98).

À parte o efeito cortante da frase, de inegável brilho, tal juízo implica numa simplificação excessiva do problema, que dificilmente viria a ser aceita pela maior parte dos especialistas na questão.

Por outro lado, não é difícil deduzir, pela simples leitura do livro, que o Prof. Le Goff é um adepto entusiasta do progresso, no que revelaria as suas maiores afinidades com o marxismo, porém sem adotar todos os esquemas destes. Curiosamente, tal convicção parece matizada por um certo parentesco com certos preconceitos que datam do Renascimento e que só recentemente foram abandonados. Assim, por exemplo, o autor parece no fundo admitir uma separação nítida entre a Idade Média e a Idade Moderna, representando nesse sentido a frase final da primeira parte (pág. 144) um exemplo expressivo. Com efeito, tratando da crise dos séculos XIV e XV, que fecha pela periodização corrente no Ocidente (aliás, uma prova de que o Prof. Le Goff não está tão informado pelo marxismo quanto se pretende, visto que os historiadores marxistas em geral estendem a Idade Média até a Revolução Francesa) o período medieval, afirma que

“elle enfante la société de la Renaissance et des Temps modernes, plus ouverte et, pour beaucoup, plus heureuse que l'étouffante société féodale” (o grifo é nosso).

Com afirmações desse gênero, que abundam no livro, o autor associa-se bastante (ainda que as razões por êle alegadas sejam por vezes bastante diferentes) aos mais ferozes detratores do período medieval do Renascimento ou do século XVIII.

(7). — *Op. cit.*, pp. 257 e seq.

Aliás, por vêzes, êle é ainda mais extremado que os humanistas ou enciclopedistas, visto que chega ao ponto de atribuir aspectos sombrios de épocas posteriores (no caso o século XVI) à Idade Média. Encontramos exemplos frisantes de tal tendência nos comentários apostos às reproduções de quadros de Bosch e Brueghel, sobretudo no referente à “Tentação de Santo Antônio”, do primeiro. Assim, Bosch é classificado como

“accoucher des obsessions médiévales” e no qual, “comme l’a bien vu Jurgis Baltrusaitis, corps vivants et matières inorganiques s’allient: “le fer, l’argile, le bois se confondent avec la chair” (pág. 186, il. 60).

Ora, o mesmo Baltrusaitis insiste na inspiração que representaram para Bosch as práticas alquímicas e de magia. Não negamos tenham sido freqüentes durante a Idade Média tais práticas, mas daí a considerá-las durante os períodos posteriores como meras sobrevivências medievais, nos parece residir um abuso inegável. A simples leitura de um livrinho publicado na simpática coleção *Le Temps que court* (em que, aliás, o próprio Prof. Le Goff publicou o seu util *Les intellectuels au Moyen age*) da autoria de M. Caron e S. Hutin (8) nos esclarece que a alquimia esteve muito mais em voga durante os séculos XVI e XVII do que na Idade Média. Quanto às práticas de bruxaria é bem conhecido que o século XVII representou a época de apogeu das missas negras e outras práticas correlatas. Em resumo, diríamos que, sem pretender defender a Idade Média, parece-nos que a idéia que o Prof. Le Goff faz dos tempos modernos parece algo injustificadamente lisongeira. Estes também tiveram sua zona obscura e esta é muito mais considerável do que se afirma por vêzes. Em conclusão, Bosch e Brueghel foram bem homens de seu tempo.

Finalmente, vendo-se diante do problema da caracterização global do período medieval, o autor rejeita inicialmente a idéia de classificá-lo como o de uma Europa sub-desenvolvida. Efetivamente, o sub-desenvolvimento somente se caracterizaria como termo de comparação entre duas categorias de países que obedecessem a um mesmo sistema econômico-social, sendo que os de uma categoria realizariam razoavelmente as potencialidades desse sistema e os da outra não. Desebedecido tal princípio, qualquer comparação desse gênero somente poderia dar margem a equívocos. Ao se recusar a estabelecer paralelo entre a sociedade medieval e os atuais países sub-desenvolvidos,

(8). — *Les Alchimistas*. Paris, 1959.

o Prof. Le Goff evitou uma armadilha mas acabou por cair em outra, a nosso ver tão perigosa, ao classificar, a primeira como primitiva.

Desfaçamos inicialmente qualquer equívoco: o autor atribui ao adjetivo primitivo basicamente os mesmos atributos que lhe são habitualmente conferidos pelos antropólogos, não o utilizando de forma vaga como ocorre frequentemente. O seu principal argumento é o de que,

“des sociétés primitives, la société de l'Occident médiéval me paraît surtout se rapprocher par une certaine a-temporalité... par la lenteur de sa vie collective... qui vit, selon l'expression de Fernand Braudel, dans la longue durée et qui s'exprime mieux dans le folklore que dans l'histoire”,

acrescentando mais adiante, ainda na mesma passagem,

“qu'entre l'époque de Charlemagne et leur (dos cruzados) temps peu de chose au fond a changé, moins qu'entre 1900 et 1964” (pág. 19).

Na verdade, tal gênero de paralelos têm sido frequentemente feitos, sem, contudo, desembocar em classificação peremptória, como é o caso da obra em exame. Assim, por exemplo, dois ilustres antropólogos, Herskovits (9) e Lowie (10) chegaram a afirmar que há mais semelhança entre as sociedades primitivas e o século XVIII, do que entre este é o nosso século XX. Porém, de forma alguma os mesmos colocam o século XVIII entre as sociedades primitivas. No fundo, o que ambos desejaram foi mostrar que qualquer atitude de desdém para com os povos primitivos é injustificada. Sem chegar ao ponto de atribuir uma tal atitude a um medievista reputado, cremos nos ser lícito guardar, da leitura do conjunto da obra, a impressão pessoal de que a *démarche* do Prof. Le Goff é quase oposta, considerada a energia com que êle combate em vários pontos da obra, especialmente à página 15, os que se deixam seduzir pelo brilho da civilização, medieval, sem atentar para as suas debilidades de estrutura.

Voltando à argumentação do autor, observemos preliminarmente que ela coloca o problema mesmo do tempo ou duração histórica, ou seja um dos pontos teóricos fundamentais da nossa disciplina. E' evidente que a partir da segunda metade do século XVIII, quando se iniciou o fenômeno conhecido por Revolução Industrial, verificou-se o começo de uma crescente aceleração no ritmo de transformações, a princípio limitada geograficamente aos Estados Unidos e Europa e que, progressivamente, atingiu todos os continentes. A persistir tal tendência é possível que cheguemos a uma época em que no intervalo de um

(9). — *The Economic Life of Primitive People*. New York, 1940, página 6.

(10). — *Social Organization*. New York, 1948, página 19.

lustro se verifiquem mais transformação do que as verificadas entre o lapso de tempo de 1900 a 1964, evocado pelo Prof. Le Goff; será por isso lícito aos historiadores de então assimilar nossa sociedade àquelas que os antropólogos classificam como primitivas?

Creemos que o ritmo nas transformações, embora importante, é insuficiente para caracterizar as sociedades em sua natureza íntima. Outros aspectos não podem ser esquecidos, tais como o cultivo ou não de formas de escrita, as modalidades de organização social (aliás, mais adiante voltaremos ao problema) e sobretudo o grau de consciência histórica. A êste último respeito desejaríamos evocar um magistral trabalho de Claude Lefort (11), que nos parece evocar de forma pertinente a questão. A lentidão no ritmo de transformações justificaria colocar a sociedade do Ocidente medieval entre as sociedades que êste ilustre antropólogo classifica como “estagnantes”. Colocando-se a questão de outra maneira: haveria elementos para não incluir a sociedade medieval entre as sociedade “históricas” que, para Lefort, se opõem às estagnantes? Parece-nos util reproduzir uma passagem talvez um pouco longa do trabalho acima evocado:

“... on admet que dans toute société il y ait événement, transformation culturelle et reprise vécue du passé par le présent; mais peut-on dire que le rapport à l'événement, la transformation, la reprise du passé aient toujours la même signification? Le propre d'une société *historique* c'est, nous semble-t-il, qu'elle enveloppe l'événement et a le pouvoir de le convertir en moment d'une expérience, en sorte qu'il figure un élément dans un débat que les hommes poursuivent entre eux; ainsi en elle la transformation n'est pas essentiellement le passage d'un état à un autre, mais le cheminement d'une intention qui anticipe sur l'avenir, en le reliant au passé. *C'est encore dire que l'historique ne réside pas dans l'événement ou la transformation, mais dans un style de conduite collective par lequel il n'y a que du significatif.* (o grifo é nosso)... La découverte de l'Amérique par les Européens a un caractère historique en ce sens qu'elle est la solution d'un problème tacitement formulé par la situation de l'Europe au XVe siècle, un épisode dans la lutte économique que se livrent les Pays-Bas et les cités italiennes, une manifestation de libération à l'égard du conservantisme médiéval qui paraît en même temps dans la critique religieuse, l'émancipation du pouvoir politique, l'avènement de la science; pour les indigènes la rencontre des Européens n'est en revanche qu'un accident, non pas parce qu'elle est subie, mais parce qu'elle ne répond pas à un travail antérieur qui en aurait annoncé la venue et circonscrit par avance la signification...”

(11). — “Sociétés sans histoire” et historicité, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XII, 7^e année, 1952, pp. 91-114.

Creemos que essa passagem situa bem adequadamente o problema. Além disso, parece-nos útil mais uma vez contrariar aqueles que atribuem a visão particular que o Prof. Le Goff tem da Idade Média, a preconceitos oriundos de um marxismo rígido. Apesar de algumas citações de Marx e Engels em apóio à sua tese (12), na verdade ela contraria fundamentalmente os esquemas marxistas de desenvolvimento histórico. Um trabalho recente (13) deixa bem claro o fato de que o período medieval nem de longe se deixa enquadrar em qualquer das suas fases naquilo que o adjetivo “primitivo” evoca para os marxistas. Aliás, segundo estes, a Idade Média, partindo do escravismo antigo, teria passado pelo modo de produção germânico, da evolução do qual teria nascido o feudalismo, da crise do qual (nos séculos XIV e XV) teria resultado o capitalismo de tipo comercial. Não será demasiado para uma sociedade tida como refrataria às transformações?

Igualmente pouco nos convenceram outras passagens em que o autor insiste na analogia entre a Idade Média e os povos primitivos, como por exemplo no tocante a

“la tripartition fonctionnelle qui apparaît autour de l’an mille” e que seria “caractéristique d’un certain stade d’évolution des sociétés primitives, et probablement pas seulement des sociétés indo-européennes”.

Na verdade tal tripartição é mais teórica que real, pois a sociedade medieval, sem poder ser caracterizada como uma sociedade aberta segundo a conceituação atual, nem por isso era inteira refrataria à passagem de um indivíduo de uma categoria social para outra. O clero, por exemplo, ainda que as funções mais importantes fôssem até certo ponto monopolizadas pelas famílias nobres, era relativamente aberto a indivíduos provenientes dos mais diferentes setores da população. Mesmo a nobreza não estava inteiramente fechada àquêles que, oriundos de famílias não nobres, revelassem talento militar. Além do mais, dentro do clero, nobreza e povo comum, havia uma tal variedade de condições que mesmo na fase de maior afirmação da tripartição, qualquer analogia com as tribos primitivas se nos afigura como extremamente superficial. E ainda cumpre observar que essa tripartição, teoricamente em vigor até a Revolução Francesa e, em outros Estados, mesmo além dessa data, já começa a ser perturbada a partir do século XII, com a formação e fortalecimento da burguesia.

(12). — Por exemplo, à página 18 podemos ler: “Marx et Engels, qu’on ne peut suspecter de minimiser le rôle de l’économique dans une civilisation, ont souligné que les structures familiales, par exemple, définissaient peut-être autant la société féodale que les rapports de production”.

(13). — Maurice Godeller, *La notion de “mode de production ‘asiatique’ et les schémas marxistes d’évolution des sociétés*. Paris, s|data.

Quando, então, o Prof. Le Goff evoca o “primitivismo” a respeito dos elementos abstratos na simbologia da cultura medieval, cremos que alguns de seus colegas têm o direito até mesmo de se sentir chocados. Será então tão difícil de estabelecer diferenciação entre o grau e a natureza intrínseca da carga de abstração existentes de um lado, numa catedral românica ou numa proposição da Escolástica e, de outro, numa máscara africana ou numa lenda de tribo indígena da Amazônia?

Enfim, chegamos ao termo destas considerações. Sem sair do âmbito das idéias gerais, visto que deixamos aos especialistas em cada setor um exame mais detalhado dos pormenores, ainda poderíamos alongar consideravelmente êstes comentários, mas tendo já tratado dos pontos que reputamos mais importantes pensamos ter feito o necessário.

Talvez da leitura dêstes comentários fique a impressão de que o nosso juízo global a respeito do livro em questão seja negativo. Não é bem o que se verifica na realidade. Ocorre que, ao propor uma nova interpretação global da civilização medieval, o autor, não contente com os riscos que já normalmente um tal empreendimento comporta numa abordagem serena e prudente, optou pelos juízos taxativos e, mesmo, pelas posições polêmicas. Em tais condições, é normal que as reservas dos que dêle discordam sejam expressas com firmeza mais acentuada.

Afinal de contas, qual é o principal mérito de uma obra desta natureza? Parece-nos que é o de reabrir o debate em torno do problema enfocado. Cremos nada mais ter feito do que dar a nossa mui modesta contribuição a êsse debate, sem colocar em nenhum momento em questão a ousadia, a inteligência que o Prof. Le Goff investiu em seu empreendimento de propor uma análise da Idade Média *des profondeurs*, para usar sua expressão. Cremos que, de uma forma geral, os medievistas lhe serão gratos pelo seu esforço em incorporar numa visão sintética os dados já obtidos pela utilização das formas mais modernas de pesquisa. A utilidade e o mérito de uma tal empresa não podem ser colocados em dúvida. O seu livro nos obrigou a um re-exame de nossas idéias a respeito do período medieval, forçou-nos a retomar temporariamente alguns campos de estudos de que nos tínhamos afastado (como, por exemplo, a antropologia) e teve, em muitos setores, efeitos esclarecedores consideráveis. Será necessário dizer mais, para expressar nossa admiração por êle, não obstante as discordâncias acima expressas?